

RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.221 - RN (2015/0010611-1)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
RECORRIDO : ARNOR FRANCISCO DA SILVA - ESPÓLIO
ADVOGADO : ROBERTO DE ALBUQUERQUE TOLENTINO E OUTRO(S) - RN004096

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, em 14/10/2013, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. DESAPROPRIAÇÃO. EXPEDIÇÃO DE RPV. VALOR INCONTROVERSO. INDENIZAÇÃO DAS BENFEITORIAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INDENIZAÇÃO POR TERRA NUA E COBERTURA VEGETAL. PAGAMENTO EM TDA.

I - Cuida-se de agravo de instrumento contra decisão que, em execução de sentença proferida em sede de ação de desapropriação, determinou a expedição de RPV para o pagamento do valor incontroverso relativo à indenização das benfeitorias e aos honorários advocatícios sucumbenciais.

II - No caso, o valor total da execução supera o teto de 60 (sessenta) salários mínimos fixados pela Lei nº 10.259/2001. No entanto, da análise das contas que foram homologadas pela sentença, verifica-se sem dificuldade que o valor total da execução a ser pago em dinheiro não supera os vinte e cinco mil reais, sendo o restante relativo à indenização por terra nua e cobertura vegetal, a ser pago em Títulos da Dívida Agrária - TDA.

III - Na hipótese em tela, mostra-se apropriada a expedição de RPV, pois não caberia se computar parcela da execução que não será paga em dinheiro.

IV - Agravo de instrumento improvido" (fl. 47e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 51/53e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. DESAPROPRIAÇÃO. EXPEDIÇÃO DE RPV. VALOR INCONTROVERSO. INDENIZAÇÃO DAS BENFEITORIAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REABERTURA DE DISCUSSÃO ACERCA

DE MATÉRIA JÁ ANALISADA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE.

I - Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento, para manter decisão que, em execução de sentença proferida em sede de ação de desapropriação, determinou a expedição de RPV para o pagamento do valor incontroverso relativo à indenização das benfeitorias e aos honorários advocatícios sucumbenciais.

II - Incabimento do cômputo de parcela da execução que não será paga em dinheiro.

III - Não é possível, em sede de embargos declaratórios, reabrir discussão acerca de questão já discutida e decidida.

IV - O Código de Processo Civil, em seu artigo 535, condiciona o cabimento dos embargos de declaração à existência de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, não se prestando este recurso à repetição de argumentação contra o julgamento de mérito da causa.

V - Embargos de declaração improvidos" (fl. 60e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos artigos: a) 535, II, do CPC/73, pois, não obstante a oposição dos Embargos Declaratórios, o Tribunal de origem deixou de se manifestar acerca dos arts. 17, §3º, da Lei 10.529/2001 e 100, §8º, da CF/88; b) 17, §3º, da Lei 10.529/2001, "sob a tese de que, em que o pese o valor da indenização complementar das benfeitorias e dos honorários advocatícios de sucumbência ser inferior ao teto fixado pela Lei n.º 10.259/01, para expedição de requisitório de pequeno valor, o valor total da execução supera o referido limite, razão pela qual, no presente caso, deveria ter sido determinada a expedição de precatório e não RPV" (fl. 72e).

Por fim, requer o conhecimento e provimento do Recurso Especial.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 87e).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI

(Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Por outro lado, acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"Como já destacado liminarmente, em suas razões recursais, o INCRA defende não ser cabível a expedição das RPV, pois o valor da execução, na realidade, supera R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais), ultrapassando em muito 'o teto para a utilização da requisição. Em adição, afirma que o valor dos honorários advocatícios sucumbenciais deve ser somado ao valor total da execução para efeito de apuração do teto.

De fato, o valor total da execução supera o teto de 60 (sessenta) salários mínimos fixados pela Lei nº 10.259/2001. No entanto, da análise das contas que foram homologadas pela sentença (fl. 30) verifica-se sem dificuldade que o valor total da execução a ser pago em dinheiro não supera os R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), **sendo o restante relativo à indenização por terra nua e cobertura vegetal, a ser pago em Títulos da Dívida Agrária - TDA.**

Assim, **mostra-se apropriada a expedição de RPV, pois não caberia se computar parcela da execução que não será paga em dinheiro**" (fl. 44e).

Do exposto, constata-se que o recorrente não infirmou, de forma específica, o fundamento suficiente destacado, utilizado pelo Tribunal de origem. Destarte, incide, na espécie, a Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"), por analogia.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

